

PREGÃO ELETRÔNICO 261/2025

OBJETO

Registro de preços para aquisição de material de custeio destinado à estruturação da brinquedoteca do Espaço Acolher Floripa

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 18.665,44 (dezoito mil seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/09/2025 às 14h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 261/SMLCP/SULIC/2025**

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias, sediada na Rua Conselheiro Mafra, 656, sala 501, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-914, realizará licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do decreto Municipal 24.954 de 2023, e demais legislação aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo Bolsa Eletrônica de Compras, constante da página eletrônica do Município de Florianópolis, qual seja: <https://wbc.pmf.sc.gov.br/>

2. DO OBJETO

2.1. O presente pregão eletrônico tem como objeto o **Registro de Preços para aquisição de material de custeio destinado à estruturação da brinquedoteca do centro de atendimento a pessoas em situação de violência - Espaço Acolher Floripa**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos e nas condições previstas neste Edital.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela **DESCRIÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**, constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

3.1. **Recebimento das propostas: De 05 de setembro de 2025 às 18h00min até dia 19 de setembro de 2025, às 14h00min.**

- 3.2. **Abertura das propostas: Dia 19 de setembro de 2025, às 14h00min.**
- 3.3. **Início da sessão da disputa de preços: Dia 19 de setembro de 2025, às 14h01min.**
- 3.4. O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.
- 3.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 3.6. Formalização de consultas: observado o prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá formular consultas pelo e-mail: **pregao.florianopolis@pmf.sc.gov.br**.
- 3.6.1. As respostas aos questionamentos serão disponibilizadas no <https://wbc.pmf.sc.gov.br/> no link “Edital na íntegra anexos”, devendo os interessados consultar periodicamente.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de WBC (<https://wbc.pmf.sc.gov.br/>). Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico para Contratação, deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida no momento de seu credenciamento.
- 4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.
- 4.5. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico para Contratação, salvo quando canceladas por solicitação ou de ofício pela administração pública.
- 4.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo o Município de Florianópolis a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.8. A participação no pregão eletrônico para Contratação se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limites estabelecidos. Obs: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio eletrônico: <https://wbc.pmf.sc.gov.br/> .
- 4.9. O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.
- 4.10. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.
- 4.12. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.12.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 4.12.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 4.12.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 4.12.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 4.12.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 4.12.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 4.12.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 4.12.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 4.12.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.13. O impedimento de que trata o item 4.12.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.12.4 e 4.12.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.16. O disposto nos itens 4.12.4 e 4.12.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.18. A vedação de que trata o item 4.13 estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de Comissão de Licitação, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com preço e a marca se o sistema assim o requerer, até a data e o horário estabelecidos em edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de registro de proposta.

5.3. O registro da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos

para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. **Caso o certame tenha cotas reservada e exclusivas**, o fornecedor quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 a 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.9. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.10. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

- 5.11. Na descrição dos materiais que, em ocorrendo diferenças entre as especificações constantes do presente edital e a descrição dos materiais no sistema eletrônico, prevalecerão sempre as constantes deste edital.
- 5.12. A condição de microempresa e empresa de pequeno porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, **se for o caso do certame**, deverá ser informada no acesso ao Pregão, marcando-se a opção “sim” quando solicitado pelo sistema.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou percentual de desconto final máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.18. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.19. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.20. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.21. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6. DOS PROCEDIMENTOS

- 6.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.3. O registro da proposta e o lance deverão ser ofertados pelo **valor unitário do item**.
- 6.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.5. O licitante somente poderá oferecer lance de **menor preço** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo) de valor inferior quando o julgamento se der pelo menor preço ou de 0,01% de percentual de desconto superior, quando o julgamento se der pelo maior desconto.
- 6.7. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 6.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.7.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.7.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.7.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.7.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.7.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do **menor lance registrado**, vedada a identificação do licitante.
- 6.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Superintendência de Licitações e Contratos.
- 6.10. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à SMLCP.
- 6.12. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

- 6.13. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.15. Em relação a itens **não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identifica em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou desconto mínimo definido pela Administração.
- 6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação disposta no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com disposto neste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.10.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.10.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.
- 7.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Por meio de mensagem eletrônica, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou prova de conceito, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem eletrônica.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. No caso de não apresentação da prova de conceito, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou sendo reprovado, a mesma proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.18. Se a prova de conceito do primeiro classificado não for aprovada, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a execução de prova de conceito, e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. OS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Para julgamento das Propostas o Pregoeiro levará em consideração **o menor preço, devendo a proposta ser registrada no sistema pelo menor preço do item.**

8.2. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.

8.3. Se a proposta ou o lance de **menor valor**, após a fase de lances, não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. O Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.4. A cotação deverá ser em moeda corrente nacional com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

8.5. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de **menor valor.**

8.6. Após declarada(s) a(s) empresa(s) vencedora(s), será(ão) incluída(s) na ata, observada a ordem de classificação.

8.7. **Caso haja divisão de cotas, e se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota por ampla concorrência**, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo **menor preço ou maior desconto.**

8.8. Nos itens/lotes definidos como reservados/exclusivos para ME/EPP, caso não haja um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, não será aplicada a exclusividade, ou seja, a participação na licitação será estendida a todas as empresas interessadas, independente do enquadramento.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômica financeira, conforme relação abaixo, poderão ser substituídas pelo registro cadastral no SICAF;
 - 9.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual a abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991;
 - 9.1.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - 9.1.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - 9.1.5. No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
 - 9.1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 - 9.1.7. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica;
 - 9.1.8. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Tribunal Regional do Trabalho;
- EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

- 9.1.9. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- 9.1.10. Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante. (Documento exigido para fins de contratação, sem causa de inabilitação).
- 9.1.11. Os documentos cujo prazo de validade não esteja fixado terão o prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua emissão. (Exceto aquele previsto no subitem que solicita o “Atestado de capacidade técnica”).
- 9.2. Para fins de **Habilitação Técnica, as empresas**, cadastradas ou não no SICAF, relativamente aos itens dispostos neste edital e no Termo de referência, deverão comprovar, se for o caso, com os seguintes documentos:
- 9.2.1. **Qualificação técnica do produto que deverá ser apresentada junto à proposta ajustada.**
- 9.2.1.1. Apresentar manual ou folder do produto em língua portuguesa do Brasil.
- 9.3. Quando, e se permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Quando, e se permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30%, com justificativa, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia com conferência de autenticidade, passível de diligência pelo agente de contratação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.8. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.9. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo mínimo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.13. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.14. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurada à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeitos de Certidão Negativa.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.4. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 10.5. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregao.florianopolis@pmf.sc.gov.br.
- 10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.8. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, por meio de marca ou qualquer outro descritivo.
- 10.9. A decisão de impugnação será divulgada a todos os interessados por meio do sistema de Pregão Eletrônico.
- 10.10. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 10.11. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 10.12. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 10.13. Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

10.14. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.15. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata.

10.16. O Contrato ou instrumento equivalente será formalizado, e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

10.17. A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

10.18. Colhidas as assinaturas, o Órgão requisitante providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Multa: I. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias; II. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme

dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021. III. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da

intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no <https://wbc.pmf.sc.gov.br/> .

12. DO REGISTRO DE PREÇO

12.1. As atas de registro de preços oriundas deste processo licitatório poderão ser aderidas por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, observados os requisitos e limites do Decreto Municipal nº 25.488, de 23 de agosto de 2023, e da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida nos moldes de comunicação do Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o

interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Em caso de divergência entre a descrição dos itens no sistema <https://wbc.pmf.sc.gov.br/> e no edital, prevalecerá a do edital.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Florianópolis, 05 de setembro de 2025.

Almir Adir Gentil
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
DESCRIÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

COTA EXCLUSIVA

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Unidade	JOGO DESAFIO DAS CORES – Jogo onde o participante tem que encaixar o bastão em sua respectiva cor no tabuleiro, auxiliando a interação das crianças, estimulando a percepção visual e tátil, motricidade fina, coordenação motora, exploração e identificação de cores, pensamento lógico, memória, atenção criatividade, concentração e outras habilidades. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro com 61 peças.	R\$153,11	R\$153,11
2	1	Unidade	JOGO QUAL É A PALAVRA? - Jogo onde o objetivo é procurar as letras nos dados e encaixá-los no suporte para formar a palavra desejada. Contém 72 palavras com imagens. Conteúdo da Embalagem: 6 dados plásticos, 6 conjuntos de adesivos, 36 cartelas com palavras e ilustrações, 1 base de cartão e 1 manual de instruções.	R\$58,28	R\$58,28
3	1	Unidade	JOGO EQUILIBRA BEBÊS – Jogo com caixa de atividade para a criança montar a torre mais alta, equilibrando os bebês nas cores sorteadas. Desenvolve as habilidades motoras, a concentração e auxilia o conhecimento das cores. Conteúdo da Embalagem: 36 peças, sendo, 27 blocos em madeira, 9 placas em madeira, 1 cartela de adesivos e 1 saco plástico. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 26x07x21cm (CxLxA).	R\$40,46	R\$40,46
4	1	Unidade	JOGO SUPER TABULEIRO DE ENCAIXE – Possui tabuleiro de encaixe que ensina contagem e padrões. Auxiliando no desenvolvimento da capacidade de resolver problemas, melhorando as habilidades motoras e motricidade fina. Conteúdo da Embalagem: 1 painel de madeira, 1 livro com instruções e sugestões de desenhos, 1 sacolinha, 280 pinos coloridos. Dimensões Aproximadas: 31x31x4,5cm (AxLxC).	R\$284,19	R\$284,19
5	1	Unidade	JOGO NHAC NHAC – Jogo com o objetivo de completar uma fileira com três peças da mesma cor. Possui peças com 3 tamanhos diferentes. Conteúdo da Embalagem: 1 livro de regras, 4 barras para construir o tabuleiro de jogo, 6 gobblers (peças) azuis e 6 gobblers (peças) laranjas.	R\$156,83	R\$156,83

6	1	Unidade	JOGO SERPENTES E ESCADAS (TATU BRAZILIS) – Jogo de percurso, onde o objetivo é chegar primeiro no centro do tabuleiro com o uso de 2 dados. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro de tecido dupla face, 2 dados e 6. tatuzinhos Dimensão Aproximada da Tela: 40x39cm	R\$74,92	R\$74,92
7	1	Unidade	JOGO CAIU PERDEU – Jogo de encaixe, com torres de madeira reflorestada. Possui 54 peças para encaixe, 1 suporte cartonada para guardar os blocos na embalagem. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 28x8x8cm	R\$32,54	R\$32,54
8	1	Unidade	JOGO OPERATION – Jogo onde a criança deverá usar uma pinça para remover objetos das partes do corpo de um boneco. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro com pinça, 13 peças (incluindo elástico) e instruções de uso.	R\$174,93	R\$174,93
9	1	Unidade	JOGO PUXA PUXA BATATINHA – Jogo onde o objetivo é retirar batatinhas fritas de dentro de um saquinho, sem que as outras batatinhas pulem. Conteúdo da Embalagem: 20 batatinhas e 1 pacotinho de batatas. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 30x10x20cm (AxLxP)	R\$45,33	R\$45,33
10	1	Unidade	JOGO IDENTIDADE SECRETA – Jogo de dedução e adivinhação, auxiliando no desenvolvimento cognitivo e resoluções de problemas. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro, 6 cartas personagens, 5 cartas click, 6 personagens, 1 fotografia, 7 suportes colorido, 24 fichas, 1 dado, 1 conjunto de etiquetas e 1 manual de instrução.	R\$52,49	R\$52,49
11	1	Unidade	JOGO AUTISTA: Poptube Tubo Sensorial Flexível , Kit com 8 unid. Dimensões aproximadas 13cm. Características: material de plástico, flexível e durável.	R\$51,13	R\$51,13
12	1	Unidade	JOGO AUTISTA: Brinquedo sensorial bebê em pelúcia . Características: 100% poliéster, pelúcia antialérgica. Medidas aproximadas: 33x20cm	R\$122,66	R\$122,66
13	1	Unidade	JOGO DE TABULEIRO WAK'A - Cartas de plástico. Dimensões do produto: 7 x 26 x 26 cm; Peso: 1 quilogramas.	R\$191,50	R\$191,50
14	6	Unidade	FANTASIA INFANTIL - Fantasia Homem Aranha tamanho: P Material principal: poliéster. Acessório incluído: máscara de tecido	R\$137,63	R\$825,78
15	6	Unidade	FANTASIA INFANTIL- Homem Aranha . Cor: vermelho. Tamanho: M (4 a 5 anos). Material principal: poliéster. Acessório incluído: máscara de tecido	R\$137,63	R\$825,78
16	1	Unidade	FANTASIA INFANTIL - Flash : Cor vermelho. Tamanho P. Acessório incluído: Máscara (2 a 3 anos)	R\$150,96	R\$150,96
17	1	Unidade	FANTASIA INFANTIL- Super homem : Cor: azul. Acessório incluído: capa. Tamanho M (4 a 5 anos)	R\$131,29	R\$131,29

18	6	Unidade	FANTASIA INFANTIL -Borboleta fada. Cor: azul Material principal: poliéster, saia de tule reforçado colorido. Acessórios incluídos: um par de asas, tiara, uma varinha. Tamanho M	R\$122,93	R\$737,58
19	5	Unidade	FANTASIA INFANTIL: Borboleta fada. Cor: rosa. Material principal: poliéster, saia de tule reforçado colorido. Acessórios incluídos: um par de asas, tiara, uma varinha. Tamanho P.	R\$122,93	R\$614,65
20	1	Unidade	Fantoche – personagens de animais - Kit fantoche Fantoche de mão kit animais gato, girafa, leão, sapo. Características: 30cm. 4 fantoches de tamanho médio aproximado 30x14x0,5cm em feltro antialérgico. Material: Feltro.	R\$147,78	R\$147,78
21	36	Caixa	GIZ DE CERA - Giz de cera meu 1º giz Jumbo. Características: Fabricado com cera de alta qualidade, formato anatômico que facilita a pegada. Medidas aproximadas: 7cm de comprimento, 2,5cm de diâmetro. Embalagem com 6 unid, Peso líquido aproximado:118g	R\$20,52	R\$738,72
22	1	Unidade	JOGO SUDOKU – Jogo de desafios, incentiva o raciocínio lógico, concentração e memória.Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro de 40x40cm, 16 peças gigantes de 8,5x8,5cm, 1 gabarito de desafios e resultados.Dimensões Aproximadas da Embalagem: 25,5x5x25,5 (CxLxA)	R\$129,72	R\$129,72
23	1	Unidade	JOGO SALVE, SALVE RIOS – Jogo de tabuleiro com o objetivo de despoluir o rio, onde os participantes devem pescar um objeto no rio, tomando cuidado para não retirar os peixes.Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro, 100 fichas redondas e 4 lixeiras cartonadas	R\$56,92	R\$56,92
24	1	Unidade	JOGO DOMÍNIO E EQUILÍBRIO – Jogo com o objetivo de desequilibrar e inclinar o tabuleiro para o lado do adversário, jogando peças.Conteúdo da Embalagem: 1 base plástica, 1 suporte para a base, 2 grampos/clips, 48 peças plásticas, 1 manual de instruções e 1 conjunto de etiquetas.	R\$82,93	R\$82,93
25	1	Kit	KIT INVENTANDO E CONSERTANDO – Kit onde a criança pode brincar com ferramentas de brinquedo, porcas, parafusos e peças. Peças em madeira reflorestada e pintura atóxica.Conteúdo da Embalagem: 2 ferramentas, 14 peças para montar, 6 parafusos e 6 roscas, embalagem que é uma maleta, para armazenamento das peças.	R\$190,80	R\$190,80

26	1	Unidade	JOGO CLUBE – Kit com 10 jogos, sendo: mico, sobe-desce, ludo, trilha, resta 1, damas chinesas, damas, can-can, mega trunfo e gamão. Conteúdo da Embalagem: 1 baralho com 35 cartas (mico), 1 baralho com 54 cartas (can-can), 2 baralhos com 28 cartas cada (mega trunfo), 4 tabuleiros dupla face, 2 dados, 2 conjuntos de etiquetas para os dados, 4 fichas amarelas, 10 fichas verdes, 12 fichas vermelhas, 32 fichas azuis e 1 manual de instruções.	R\$118,29	R\$118,29
27	1	Unidade	JOGO DOBBLE ANIMAIS – Possui 5 jogos em 1, auxiliando a criança no desenvolvimento do reflexo rápido, observação, velocidade entre outros. Conteúdo da Embalagem: 55 cartas de forma redonda, com 85mm de diâmetro e 1 livreto de regras.	R\$97,98	R\$97,98
28	1	Unidade	JOGO BINGO DAS PALAVRAS – Jogo que tem por objetivo o sorteio de palavras, pelos seus participantes, auxiliando a criança na leitura. Conteúdo da Embalagem: 4 tabuleiros, 64 peças e 1 saco de pano.	R\$115,77	R\$115,77
29	1	Unidade	JOGO SOLETRANDO – Jogo onde o participante já partir da figura monta a palavra, bem como a partir da palavra monta-se a figura, auxiliando no desenvolvimento da leitura. Conteúdo da Embalagem: 75 cartelas de figuras e letras e 12 cartelinhas com figuras e nomes.	R\$44,54	R\$44,54
30	1	Unidade	JOGO TORRE INTELIGENTE – Jogo onde a criança vai montando uma torre, utilizando plataformas e toquinhos coloridos. Auxilia a criança no desenvolvimento da coordenação motora, atenção, socialização, concentração, distinção de cores, equilíbrio, habilidade de planejamento e raciocínio lógico. Conteúdo da Embalagem: 34 peças, 24 toquinhos e 10 plataformas.	R\$72,51	R\$72,51
31	1	Unidade	JOGO NÚMEROS NA BALANÇA – Jogo educativo, onde as crianças desenvolvem a matemática equilibrando os números na balança. Auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, raciocínio lógico, cognitivo e tomada de decisão. Conteúdo da Embalagem: 1 balança e 14 números.	R\$70,23	R\$70,23
32	1	Unidade	JOGO FORMAS E BICHOS – Jogo com figuras didáticas para a criança montar os bichos sugerido nos cartões ou inventar novos modelos, auxiliando no desenvolvimento da concentração e criatividade das crianças. Conteúdo da Embalagem: 47 peças, sendo 35 peças grande e coloridas e 12 cartões com gabarito.	R\$48,13	R\$48,13

33	1	Unidade	JOGO CILADA – jogo de raciocínio lógico para encaixar as peças de diferentes combinações no tabuleiro, de forma a preenche-lo completamente. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro e 24 peças de encaixe. Dimensões aproximadas da embalagem: 22x5x29 CM	R\$43,40	R\$43,40
34	1	Unidade	JOGO VIRA LETRAS – jogo para etapa de alfabetização, exercita o raciocínio, a leitura e a escrita, na tentativa de formar palavras a partir da quantidade de letras sorteadas no dado. Conteúdo da Embalagem: 64 discos de letras, 1 tabuleiro e 1 dado. Dimensões aproximadas da embalagem: 30x10x30 CM.	R\$53,43	R\$53,43
35	5	Unidade	Boneca - Boneca menina negra - em vinil, com cheiro de talco. Idade Recomendada: A partir de 3 anos. Tons de Pele: Negra. Dimensão aproximada da Boneca: 26 cm de Altura. Dimensões da Embalagem: 10x28x17.	R\$55,32	R\$276,60
36	6	Unidade	Pônei de plástico – Cavalinho upa upa desenvolvido em vinil atóxico, material resistente. Dimensões aproximadas 55 x 22 x 45 cm – peso aproximado 1.3 kg – indicado para crianças de 1 a 7 anos ou até 60,00kg	R\$60,87	R\$365,22
37	5	Unidade	Boneca - Boneca menina branca - em vinil, com cheiro de talco. Idade Recomendada: A partir de 3 anos. Tons de Pele: Branca. Dimensão aproximada da Boneca: 26 cm de Altura. Dimensões aproximadas da Embalagem: 10x28x17.	R\$58,73	R\$293,65
38	1	Unidade	Geladeira Infantil com Acessórios. Material: plástico. Contém puxadores cromados, gavetas e prateleiras, base com rodinhas. Dimensões aproximadas da embalagem do produto (cm) - AxLxP 26,5x28x61,4cm. Conteúdo da Embalagem: 1 geladeira, forminhas de sorvete, forminha de gelo, 2 garrafinhas, 6 ovinhos, 1 pacote de margarina, 4 forminhas de gelatina.	R\$170,11	R\$170,11
39	1	Unidade	Cozinha Infantil de plástico com Acessórios: Fogão, micro-ondas, pia, panelas e utensílios de cozinha. Conteúdo da embalagem: 1 Cozinha; 1 Panela Com Tampa; 1 Travessa; 2 Facas; 2 Garfos; 2 Pratos; 2 Copos; 2 Escumadeiras; 1 Espátula; 1 Concha; 1 Cartela De Adesivos. Dimensões aproximadas da Embalagem 38x16x48cm Peso 1,700 Kg Material: plástico.	R\$163,38	R\$163,38
40	2	Unidade	Caminhão bombeiro infantil - confeccionado em plástico, com escada que sobe e desce e rodas livres. Dimensões aproximadas do produto: 29,5x14x14,9 cm.	R\$32,87	R\$65,74
41	2	Unidade	Caminhão boiadeiro infantil - confeccionado em plástico, acompanha animais. Dimensões aproximadas do produto: 28x14x11,6 cm.	R\$24,76	R\$49,52

42	2	Unidade	Cavalo de balanço infantil confeccionado em vinil ou plástico: Balanço/gangorra em forma de cavalinho, confeccionado em vinil ou plástico, medindo aproximadamente 80 x 22 x 60 cm, cabeça com crina e rabo de sisal. Embalagem: Caixa de papelão.	R\$196,51	R\$393,02
43	1	Unidade	Mesa de atividades colorida com peças giratórias, engrenagens, bichos e emite sons. Idade recomendada até 2 anos. Gênero Unisex. Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - AxLxP 42x50x31cm	R\$181,27	R\$181,27
44	2	Unidade	Kit cozinha infantil : Conteúdo e medidas aproximadas : 1 - Liquidificador (19 cm de altura); 1 - Batedeira (16 cm x 15 cm); 1 - Panela de Pressão (16 cm x 7 cm); 1 - Forma de Bolo (8 cm); 1 - Frigideira (9 cm); 3 - Utensílios (12 cm); 1 - Ovo frito (5 cm).	R\$32,74	R\$65,48
45	2	Unidade	Boneca de pano mamãe canguru negra. Conjunto de duas bonecas de pano, confeccionadas a mão com malha e enchimento. A Mamãe Canguru deve medir aproximadamente 50cm de comprimento.	R\$71,47	R\$142,94
46	1	Unidade	Tapete Centro De Atividades: Tapete dobrável, almofadado e lavável. Revestimento e enchimento 100% Poliéster e material resistente. Apresenta peças suspensas com diferentes cores, texturas, formatos e sons. Medidas aproximadas do produto: 47 Cm X 92 Cm X 63 Cm - Altura X Largura X Profundidade.	R\$195,10	R\$195,10
47	10	Unidade	Quebra-cabeça colorido, confeccionado em M.D.F. composto por 9 peças, pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. Recomendado para crianças a partir de 4 anos.	R\$33,53	R\$335,30
48	2	Unidade	Balde com blocos: balde com 10 blocos. Vem com cinco opções de formas coloridas, com duas unidades de cada, para o bebê brincar de encaixar. Cilindro, estrela, cubo, triângulo e sinal de adição. Dimensões aproximadas do produto (AxLxP) = 21,60x14,00x14,30cm.	R\$55,82	R\$111,64
49	6	Unidade	Brinquedo de encaixe - Brinquedo Troque Encaixes – Casa, confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de casa e 20 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida aproximada: 18 x 16,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	R\$169,41	R\$1.016,46
50	2	Unidade	Brinquedo de encaixe – Brinquedo confeccionado em M.D.F. composto por 10 bases perfuradas de aproximadamente 16 x 16 cm, e 10 cadarços de poliéster coloridos medindo aproximadamente 70 cm, bases serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica.	R\$48,48	R\$96,96
51	6	Unidade	Barraca Infantil – barraca infantil medidas aproximadas de C102 x A95 XL72cm - Tecido de Polipropieno	R\$172,51	R\$1.035,06

52	4	Unidade	Brinquedo em E.V.A - Brinquedo confeccionado em E.V.A. colorido, composto por 6 bases de cores alternadas medindo aproximadamente 25 x 25 x 25 cm, 16 formas geométricas em dois tamanhos (grandes e pequenos). Formas geométricas: 4 quadrados, 4 triângulos, 4 retângulos e 4 círculos.	R\$160,21	R\$640,84
53	1	Unidade	Caminhão – infantil - Caminhão em plástico resistente. Acompanha 4 Carrinhos em cores e modelos sortidos, as rodas giram de verdade. Medidas Aproximadas (CxLxa): 400 X 100 X 165mm	R\$46,87	R\$46,87
54	2	Unidade	Kit tapetes tatame infantil: espuma vinílica acetinada, cores diversas, lavável, atóxico. Medidas aproximadas: 50x50x1cm. Textura com alta aderência, protegendo de derrapagens e escorregões e, ao ser pressionado, o EVA volta em seu formato original. Acompanha bordas. Pacote com 10 placas.	R\$68,21	R\$136,42
55	1	Unidade	Caminhão – infantil - Caminhão de bombeiro em plástico de alta resistência com 6 rodas. Dimensões aproximadas do produto (CLA): 58 x 24,5 x 37,5 cm. O brinquedo deve possuir sirene com sons e luzes, escada extensível, alavanca para girar a escada.	R\$247,91	R\$247,91
56	1	Unidade	Caminhão – infantil - Caminhão coletor de lixo confeccionado em plástico dotado de até 6 rodas livres e caçamba móvel.	R\$93,44	R\$93,44
57	2	Unidade	Kit frutas de plástico - Kit Frutinhas e Legumes de plástico (com Corte). Nesse kit os vegetais e frutas são divididos em pedaços, que são unidos por velcro. Acompanha 1 faca de plástico e uma tábua de corte. Este kit contém: 1 banana, 1 pera, 1 kiwi, 1 maçã, 1 laranja, 1 tomate, 1 cenoura, 1 pimentão, 1 faca e 1 tábua de corte. Dimensões aproximadas do produto com embalagem : 23 x 19 x 6 cm.	R\$375,63	R\$751,26
58	1	Unidade	Blocos de montar - Brinquedo Educativos Blocos De Montar 500 Peças INDICAÇÃO: MAIORES DE 3 ANOS PESO APROXIMADO: 1335G CORES: SORTIDAS COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO	R\$343,12	R\$343,12
59	1	Unidade	Blocos de montar - Brinquedo Didático Blocos De Encaixe Vertical - Tretis 25 Peças Em Madeira - Colorido Ítems Inclusos: 01 suporte com varetas e 25 peças de tamanhos variados em mdf	R\$64,93	R\$64,93

60	3	Unidade	<p>Caixa organizadora (média) Polipropileno. Dimensão: Comp. 50 cm x Larg. 35 cm x Alt. 30 cm (tolerância +/-10%), Esp. 4 mm (tolerância +/- 5%) . Capacidade útil: 30 litros (tolerância +/- 10%).Volume externo: 52,5 litros. Deverá ser fabricado em polipropileno livre de bisfenol A (BPA)e outras substâncias potencialmente tóxicas, como ftalatos. Deverá possuir tampa de encaixe e reforço central, resistência térmica e capacidade de suportar maior peso. A tampa deverá possuir encaixe preciso e vedação adequada, transparente, textura antiderrapante para facilitar o empilhamento seguro. A caixa deverá possuir abas laterais para um manuseio mais prático, apresentar durabilidade de no mínimo dois anos e o material deve ser 100% reciclável via processos de reciclagem mecânica, preferencialmente identificado com o símbolo de reciclagem do polipropileno (código "5"). Higienização: Compatível com sanitização.</p>	R\$45,90	R\$137,70
61	6	Unidade	<p>Caixa organizadora (grande) - Material: Polipropileno. Dimensão: Comp. 60 cm x Larg. 40 cm x Alt. 35 cm (tolerância +/-10%), Esp. 4 mm (tolerância +/- 5%) . Capacidade útil: 42 litros (tolerância +/- 10%).Volume externo: 84 litros. Deverá ser fabricado em polipropileno livre de bisfenol A (BPA) e outras substâncias potencialmente tóxicas, como ftalatos. Deverá possuir tampa de encaixe e reforço central, resistência térmica e capacidade de suportar maior peso. A tampa deverá possuir encaixe preciso e vedação adequada, transparente, textura antiderrapante para facilitar o empilhamento seguro. A caixa deverá possuir abas laterais para um manuseio mais prático, apresentar durabilidade de no mínimo dois anos e o material deve ser 100%reciclável via processos de reciclagem mecânica, preferencialmente identificado com o símbolo de reciclagem do polipropileno (código "5"). Higienização: Compatível com sanitização.</p>	R\$61,49	R\$368,94
62	1	Unidade	<p>Biblioteca Montessori – Biblioteca porta-livros infantil Montessori dimensões aproximadas: Altura 56,5 Largura 52,4 Profundidade 42,5 Peso 13,5 KG. Brinquedoteca.</p>	R\$280,47	R\$280,47
63	4	Unidade	<p>Tapete Antialérgico e Antiderrapante. Cor: Lilás. Material: 100% poliéster. Medidas aproximadas: 1,50x2,00cm.</p>	R\$506,41	R\$2.025,64
64	1	Unidade	<p>Almofada para o fraldário - Trocador De Fraldas Anatômico Impermeável Dimensões do produto: 0,90 x 0,60.</p>	R\$253,41	R\$253,41

65	12	Unidade	Refil filtro de água - Refil filtro de água de Purificador filtro de água - Gelada, Fria e Natural Elétrico Touch Bivolt.	R\$131,79	R\$1.581,48
Valor Total: 18.665,44					

1. APRESENTAÇÃO

Atendendo ao Decreto Municipal nº 24.954/2023 da Secretaria Municipal da Casa Civil – PMF que estabelece regras quanto à padronização dos termos de contrato para fins de processos licitatórios no âmbito da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Gerência de Integração Assistencial (GIA) tem por objetivo apresentar este Termo de Referência enquanto instrumento de aquisição de brinquedos, jogos e acessórios para a brinquedoteca do Espaço Acolher Floripa (Centro de Atendimento a Pessoas em Situação de Violências).

2. OBJETO

2.1. Registro de Preços para Aquisição de Material de Custeio destinado à Estruturação da Brinquedoteca do Centro de Atendimento a Pessoas em Situação de Violência - Espaço Acolher Floripa, contemplando brinquedos, jogos e acessórios para crianças e adolescentes assistidos, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor total
1.	JOGO DESAFIO DAS CORES – Jogo onde o participante tem que encaixar o bastão em sua respectiva cor no tabuleiro, auxiliando a interação das crianças, estimulando a percepção visual e tátil, motricidade fina, coordenação motora, exploração e identificação de cores, pensamento lógico, memória, atenção criatividade, concentração e outras habilidades. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro com 61 peças.	Unidade	1	R\$153,11	R\$153,11
2.	JOGO QUAL É A PALAVRA? - Jogo onde o objetivo é procurar as letras nos dados e encaixá-los no suporte para formar a palavra desejada. Contém 72 palavras com imagens. Conteúdo da Embalagem: 6 dados plásticos, 6 conjuntos de adesivos, 36 cartelas com palavras e ilustrações, 1 base de cartão e 1 manual de instruções.	Unidade	1	R\$58,28	R\$58,28
3.	JOGO EQUILIBRA BEBÊS – Jogo com caixa de atividade para a criança montar a torre mais alta, equilibrando	Unidade	1	R\$40,46	R\$40,46

	os bebês nas cores sorteadas. Desenvolve as habilidades motoras, a concentração e auxilia o conhecimento das cores. Conteúdo da Embalagem: 36 peças, sendo, 27 blocos em madeira, 9 placas em madeira, 1 cartela de adesivos e 1 saco plástico. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 26x07x21cm (CxLxA).				
4.	JOGO SUPER TABULEIRO DE ENCAIXE – Possui tabuleiro de encaixe que ensina contagem e padrões. Auxiliando no desenvolvimento da capacidade de resolver problemas, melhorando as habilidades motoras e motricidade fina. Conteúdo da Embalagem: 1 painel de madeira, 1 livro com instruções e sugestões de desenhos, 1 sacolinha, 280 pinos coloridos. Dimensões Aproximadas: 31x31x4,5cm (AxLxC).	Unidade	1	R\$284,19	R\$284,19
5.	JOGO NHAC NHAC – Jogo com o objetivo de completar uma fileira com três peças da mesma cor. Possui peças com 3 tamanhos diferentes. Conteúdo da Embalagem: 1 livro de regras, 4 barras para construir o tabuleiro de jogo, 6 gobblers (peças) azuis e 6 gobblers (peças) laranjas.	Unidade	1	R\$156,83	R\$156,83
6.	JOGO SERPENTES E ESCADAS (TATU BRAZILIS) – Jogo de percurso, onde o objetivo é chegar primeiro no centro do tabuleiro com o uso de 2 dados. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro de tecido dupla face, 2 dados e 6. tatuzinhos Dimensão Aproximada da Tela: 40x39cm	Unidade	1	R\$74,92	R\$74,92
7.	JOGO CAIU PERDEU – Jogo de encaixe, com torres de madeira reflorestada. Possui 54 peças para encaixe, 1 suporte cartonada para guardar os blocos na embalagem. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 28x8x8cm	Unidade	1	R\$32,54	R\$32,54
8.	JOGO OPERATION – Jogo onde a criança deverá usar uma pinça para remover objetos das partes do corpo de um boneco. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro com pinça, 13 peças (incluindo elástico) e instruções de uso.	Unidade	1	R\$174,93	R\$174,93
9.	JOGO PUXA PUXA BATATINHA – Jogo onde o objetivo é retirar batatinhas fritas de dentro de um saquinho, sem que as outras batatinhas pulem. Conteúdo da Embalagem: 20 batatinhas e 1 pacotinho de batatas. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 30x10x20cm (AxLxP)	Unidade	1	R\$45,33	R\$45,33
10.	JOGO IDENTIDADE SECRETA – Jogo de dedução e adivinhação, auxiliando no desenvolvimento cognitivo e resoluções de problemas. Conteúdo da Embalagem:	Unidade	1	R\$52,49	R\$52,49

	1 tabuleiro, 6 cartas personagens, 5 cartas click, 6 personagens, 1 fotografia, 7 suportes colorido, 24 fichas, 1 dado, 1 conjunto de etiquetas e 1 manual de instrução.				
11.	JOGO AUTISTA: Poptube Tubo Sensorial Flexível , Kit com 8 unid. Dimensões aproximadas 13cm. Características: material de plástico, flexível e durável.	Unidade	1	R\$51,13	R\$51,13
12.	JOGO AUTISTA: Brinquedo sensorial bebê em pelúcia . Características: 100% poliéster, pelúcia antialérgica. Medidas aproximadas: 33x20cm	Unidade	1	R\$122,66	R\$122,66
13.	JOGO DE TABULEIRO WAK´A - Cartas de plástico. Dimensões do produto: 7 x 26 x 26 cm; Peso: 1 quilogramas.	Unidade	1	R\$191,50	R\$191,50
14.	FANTASIA INFANTIL - Fantasia Homem Aranha tamanho: P Material principal: poliéster. Acessório incluído: máscara de tecido	Unidade	6	R\$137,63	R\$825,78
15.	FANTASIA INFANTIL- Homem Aranha . Cor: vermelho. Tamanho: M (4 a 5 anos). Material principal: poliéster. Acessório incluído: máscara de tecido	Unidade	6	R\$137,63	R\$825,78
16.	FANTASIA INFANTIL - Flash : Cor vermelho. Tamanho P. Acessório incluído: Máscara (2 a 3 anos)	Unidade	1	R\$150,96	R\$150,96
17.	FANTASIA INFANTIL- Super homem : Cor: azul. Acessório incluído: capa. Tamanho M (4 a 5 anos)	Unidade	1	R\$131,29	R\$131,29
18.	FANTASIA INFANTIL -Borboleta fada . Cor: azul Material principal: poliéster, saia de tule reforçado colorido. Acessórios incluídos: um par de asas, tiara, uma varinha. Tamanho M	Unidade	6	R\$122,93	R\$737,58
19.	FANTASIA INFANTIL: Borboleta fada . Cor: rosa. Material principal: poliéster, saia de tule reforçado colorido. Acessórios incluídos: um par de asas, tiara, uma varinha. Tamanho P.	Unidade	5	R\$122,93	R\$614,65
20.	Fantoche – personagens de animais - Kit fantoche Fantoques de mão kit animais gato, girafa, leão, sapo. Características: 30cm. 4 fantoches de tamanho médio aproximado 30x14x0,5cm em feltro antialérgico. Material: Feltro.	Unidade	1	R\$147,78	R\$147,78
21.	GIZ DE CERA - Giz de cera meu 1º giz Jumbo. Características: Fabricado com cera de alta qualidade, formato anatômico que facilita a pegada. Medidas aproximadas: 7cm de comprimento, 2,5cm de diâmetro. Embalagem com 6 unid, Peso líquido aproximado:118g	Caixa	36	R\$20,52	R\$738,72
22.	JOGO SUDOKU – Jogo de desafios, incentiva o raciocínio lógico, concentração e memória. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro de 40x40cm, 16 peças gigantes de 8,5x8,5cm, 1 gabarito de desafios e resultados. Dimensões Aproximadas da Embalagem: 25,5x5x25,5 (CxLxA)	Unidade	1	R\$129,72	R\$129,72

23.	JOGO SALVE, SALVE RIOS – Jogo de tabuleiro com o objetivo de despoluir o rio, onde os participantes devem pescar um objeto no rio, tomando cuidado para não retirar os peixes. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro, 100 fichas redondas e 4 lixeiras cartonadas	Unidade	1	R\$56,92	R\$56,92
24.	JOGO DOMÍNIO E EQUILÍBRIO – Jogo com o objetivo de desequilibrar e inclinar o tabuleiro para o lado do adversário, jogando peças. Conteúdo da Embalagem: 1 base plástica, 1 suporte para a base, 2 grampos/clips, 48 peças plásticas, 1 manual de instruções e 1 conjunto de etiquetas.	Unidade	1	R\$82,93	R\$82,93
25.	KIT INVENTANDO E CONSERTANDO – Kit onde a criança pode brincar com ferramentas de brinquedo, porcas, parafusos e peças. Peças em madeira reflorestada e pintura atóxica. Conteúdo da Embalagem: 2 ferramentas, 14 peças para montar, 6 parafusos e 6 roscas, embalagem que é uma maleta, para armazenamento das peças.	Kit	1	R\$190,80	R\$190,80
26.	JOGO CLUBE – Kit com 10 jogos, sendo: mico, sobedescer, ludo, trilha, resta 1, damas chinesas, damas, can-can, mega trunfo e gamão. Conteúdo da Embalagem: 1 baralho com 35 cartas (mico), 1 baralho com 54 cartas (can-can), 2 baralhos com 28 cartas cada (mega trunfo), 4 tabuleiros dupla face, 2 dados, 2 conjuntos de etiquetas para os dados, 4 fichas amarelas, 10 fichas verdes, 12 fichas vermelhas, 32 fichas azuis e 1 manual de instruções.	Unidade	1	R\$118,29	R\$118,29
27.	JOGO DOBBLE ANIMAIS – Possui 5 jogos em 1, auxiliando a criança no desenvolvimento do reflexo rápido, observação, velocidade entre outros. Conteúdo da Embalagem: 55 cartas de forma redonda, com 85mm de diâmetro e 1 livreto de regras.	Unidade	1	R\$97,98	R\$97,98
28.	JOGO BINGO DAS PALAVRAS – Jogo que tem por objetivo o sorteio de palavras, pelos seus participantes, auxiliando a criança na leitura. Conteúdo da Embalagem: 4 tabuleiros, 64 peças e 1 saco de pano.	Unidade	1	R\$115,77	R\$115,77
29.	JOGO SOLETRANDO – Jogo onde o participante já partir da figura monta a palavra, bem como a partir da palavra monta-se a figura, auxiliando no desenvolvimento da leitura. Conteúdo da Embalagem: 75 cartelas de figuras e letras e 12 cartelinhas com figuras e nomes.	Unidade	1	R\$44,54	R\$44,54
30.	JOGO TORRE INTELIGENTE – Jogo onde a criança vai montando uma torre, utilizando plataformas e toquinhos coloridos. Auxilia a criança no	Unidade	1	R\$72,51	R\$72,51

	desenvolvimento da coordenação motora, atenção, socialização, concentração, distinção de cores, equilíbrio, habilidade de planejamento e raciocínio lógico. Conteúdo da Embalagem: 34 peças, 24 toquinhos e 10 plataformas.				
31.	JOGO NÚMEROS NA BALANÇA – Jogo educativo, onde as crianças desenvolvem a matemática equilibrando os números na balança. Auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, raciocínio lógico, cognitivo e tomada de decisão. Conteúdo da Embalagem: 1 balança e 14 números.	Unidade	1	R\$70,23	R\$70,23
32.	JOGO FORMAS E BICHOS – Jogo com figuras didáticas para a criança montar os bichos sugerido nos cartões ou inventar novos modelos, auxiliando no desenvolvimento da concentração e criatividade das crianças. Conteúdo da Embalagem: 47 peças, sendo 35 peças grande e coloridas e 12 cartões com gabarito.	Unidade	1	R\$48,13	R\$48,13
33.	JOGO CILADA – Jogo de raciocínio lógico para encaixar as peças de diferentes combinações no tabuleiro, de forma a preenche-lo completamente. Conteúdo da Embalagem: 1 tabuleiro e 24 peças de encaixe. Dimensões aproximadas da embalagem: 22x5x29 CM	Unidade	1	R\$43,40	R\$43,40
34.	JOGO VIRA LETRAS – Jogo para etapa de alfabetização, exercita o raciocínio, a leitura e a escrita, na tentativa de formar palavras a partir da quantidade de letras sorteadas no dado. Conteúdo da Embalagem: 64 discos de letras, 1 tabuleiro e 1 dado. Dimensões aproximadas da embalagem: 30x10x30 CM.	Unidade	1	R\$53,43	R\$53,43
35.	Boneca - Boneca menina negra - em vinil, com cheiro de talco. Idade Recomendada: A partir de 3 anos. Tons de Pele: Negra. Dimensão aproximada da Boneca: 26 cm de Altura. Dimensões da Embalagem: 10x28x17.	Unidade	5	R\$55,32	R\$276,60
36.	Pônei de plástico – Cavalinho upa upa desenvolvido em vinil atóxico, material resistente. Dimensões aproximadas 55 x 22 x 45 cm – peso aproximado 1.3 kg – indicado para crianças de 1 a 7 anos ou até 60,00kg	Unidade	6	R\$60,87	R\$365,22
37.	Boneca - Boneca menina branca - em vinil, com cheiro de talco. Idade Recomendada: A partir de 3 anos. Tons de Pele: Branca. Dimensão aproximada da Boneca: 26 cm de Altura. Dimensões aproximadas da Embalagem: 10x28x17.	Unidade	5	R\$58,73	R\$293,65
38.	Geladeira Infantil com Acessórios. Material: plástico. Contém puxadores cromados, gavetas e prateleiras, base com rodinhas. Dimensões aproximadas da embalagem do produto (cm) - AxLxP 26,5x28x61,4cm.	Unidade	1	R\$170,11	R\$170,11

	Conteúdo da Embalagem: 1 geladeira, forminhas de sorvete, forminha de gelo, 2 garrafinhas, 6 ovinhos, 1 pacote de margarina, 4 forminhas de gelatina.				
39.	Cozinha Infantil de plástico com Acessórios: Fogão, micro-ondas, pia, panelas e utensílios de cozinha. Conteúdo da embalagem: 1 Cozinha; 1 Panela Com Tampa; 1 Travessa; 2 Facas; 2 Garfos; 2 Pratos; 2 Copos; 2 Escumadeiras; 1 Espátula; 1 Concha; 1 Cartela De Adesivos. Dimensões aproximadas da Embalagem 38x16x48cm Peso 1,700 Kg Material: plástico.	Unidade	1	R\$163,38	R\$163,38
40.	Caminhão bombeiro infantil - confeccionado em plástico, com escada que sobe e desce e rodas livres. Dimensões aproximadas do produto: 29,5x14x14,9 cm.	Unidade	2	R\$32,87	R\$65,74
41.	Caminhão boiadeiro infantil - confeccionado em plástico, acompanha animais. Dimensões aproximadas do produto: 28x14x11,6 cm.	Unidade	2	R\$24,76	R\$49,52
42.	Cavalo de balanço infantil confeccionado em vinil ou plástico: Balanço/gangorra em forma de cavalinho, confeccionado em vinil ou plástico, medindo aproximadamente 80 x 22 x 60 cm, cabeça com crina e rabo de sisal. Embalagem: Caixa de papelão.	Unidade	2	R\$196,51	R\$393,02
43.	Mesa de atividades colorida com peças giratórias, engrenagens, bichos e emite sons. Idade recomendada até 2 anos. Gênero Unissex. Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - AxLxP 42x50x31cm	Unidade	1	R\$181,27	R\$181,27
44.	Kit cozinha infantil : Conteúdo e medidas aproximadas : 1 - Liquidificador (19 cm de altura); 1 - Batedeira (16 cm x 15 cm); 1 - Panela de Pressão (16 cm x 7 cm); 1 - Forma de Bolo (8 cm); 1 - Frigideira (9 cm); 3 - Utensílios (12 cm); 1 - Ovo frito (5 cm).	Unidade	2	R\$32,74	R\$65,48
45.	Boneca de pano mamãe canguru negra. Conjunto de duas bonecas de pano, confeccionadas a mão com malha e enchimento. A Mamãe Canguru deve medir aproximadamente 50cm de comprimento.	Unidade	2	R\$71,47	R\$142,94
46.	Tapete Centro De Atividades : Tapete dobrável, almofadado e lavável. Revestimento e enchimento 100% Poliéster e material resistente. Apresenta peças suspensas com diferentes cores, texturas, formatos e sons. Medidas aproximadas do produto: 47 Cm X 92 Cm X 63 Cm - Altura X Largura X Profundidade.	Unidade	1	R\$195,10	R\$195,10
47.	Quebra-cabeça colorido, confeccionado em M.D.F. composto por 9 peças, pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. Recomendado para crianças a partir de 4 anos.	Unidade	10	R\$33,53	R\$335,30
48.	Balde com blocos : balde com 10 blocos. Vem com cinco opções de formas coloridas, com duas unidades de cada, para o bebê brincar de encaixar. Cilindro, estrela, cubo, triângulo e sinal de adição. Dimensões aproximadas do produto (AxLxP) = 21,60x14,00x14,30cm.	Unidade	2	R\$55,82	R\$111,64

49.	Brinquedo de encaixe - Brinquedo Troque Encaixes – Casa, confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de casa e 20 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida aproximada: 18 x 16,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	Unidade	6	R\$169,41	R\$1.016,46
50.	Brinquedo de encaixe – Brinquedo confeccionado em M.D.F. composto por 10 bases perfuradas de aproximadamente 16 x 16 cm, e 10 cadarços de poliéster coloridos medindo aproximadamente 70 cm, bases serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica.	Unidade	2	R\$48,48	R\$96,96
51.	Barraca Infantil – barraca infantil medidas aproximadas de C102 x A95 XL72cm - Tecido de Polipropieno	Unidade	6	R\$172,51	R\$1.035,06
52.	Brinquedo em E.V.A - Brinquedo confeccionado em E.V.A. colorido, composto por 6 bases de cores alternadas medindo aproximadamente 25 x 25 x 25 cm, 16 formas geométricas em dois tamanhos (grandes e pequenos). Formas geométricas: 4 quadrados, 4 triângulos, 4 retângulos e 4 círculos.	Unidade	4	R\$160,21	R\$640,84
53.	Caminhão – infantil - Caminhão em plástico resistente. Acompanha 4 Carrinhos em cores e modelos sortidos, as rodas giram de verdade. Medidas Aproximadas (CxLxa): 400 X 100 X 165mm	Unidade	1	R\$46,87	R\$46,87
54.	Kit tapetes tatame infantil: espuma vinílica acetinada, cores diversas, lavável, atóxico. Medidas aproximadas: 50x50x1cm. Textura com alta aderência, protegendo de derrapagens e escorregões e, ao ser pressionado, o EVA volta em seu formato original. Acompanha bordas. Pacote com 10 placas.	Unidade	2	R\$68,21	R\$136,42
55.	Caminhão – infantil - Caminhão de bombeiro em plástico de alta resistência com 6 rodas. Dimensões aproximadas do produto (CLA): 58 x 24,5 x 37,5 cm. O brinquedo deve possuir sirene com sons e luzes, escada extensível, alavanca para girar a escada.	Unidade	1	R\$247,91	R\$247,91
56.	Caminhão – infantil - Caminhão coletor de lixo confeccionado em plástico dotado de até 6 rodas livres e caçamba móvel.	Unidade	1	R\$93,44	R\$93,44
57.	Kit frutas de plástico - Kit Frutinhas e Legumes de plástico (com Corte). Nesse kit os vegetais e frutas são divididos em pedaços, que são unidos por velcro. Acompanha 1 faca de plástico e uma tábua de corte. Este kit contém: 1 banana, 1 pera, 1 kiwi, 1 maçã, 1 laranja, 1 tomate, 1 cenoura, 1 pimentão, 1 faca e 1 tábua de corte. Dimensões aproximadas do produto	Unidade	2	R\$375,63	R\$751,26

	com embalagem : 23 x 19 x 6 cm.				
58.	Blocos de montar - Brinquedo Educativos Blocos De Montar 500 Peças INDICAÇÃO: MAIORES DE 3 ANOS PESO APROXIMADO: 1335G CORES: SORTIDAS COMPOSIÇÃO: PLASTICO	Unidade	1	R\$343,12	R\$343,12
59.	Blocos de montar - Brinquedo Didático Blocos De Encaixe Vertical - Tretis 25 Peças Em Madeira - Colorido Itens Inclusos: 01 suporte com varetas e 25 peças de tamanhos variados em mdf	Unidade	1	R\$64,93	R\$64,93
60.	Caixa organizadora (média) Polipropileno. Dimensão: Comp. 50 cm x Larg. 35 cm x Alt. 30 cm (tolerância +/-10%), Esp. 4 mm (tolerância +/- 5%) . Capacidade útil: 30 litros (tolerância +/- 10%).Volume externo: 52,5 litros. Deverá ser fabricado em polipropileno livre de bisfenol A (BPA)e outras substâncias potencialmente tóxicas, como ftalatos. Deverá possuir tampa de encaixe e reforço central, resistência térmica e capacidade de suportar maior peso. A tampa deverá possuir encaixe preciso e vedação adequada, transparente, textura antiderrapante para facilitar o empilhamento seguro. A caixa deverá possuir abas laterais para um manuseio mais prático, apresentar durabilidade de no mínimo dois anos e o material deve ser 100% reciclável via processos de reciclagem mecânica, preferencialmente identificado com o símbolo de reciclagem do polipropileno (código "5"). Higienização: Compatível com sanitização.	Unidade	3	R\$45,90	R\$137,70
61.	Caixa organizadora (grande) - Material: Polipropileno. Dimensão: Comp. 60 cm x Larg. 40 cm x Alt. 35 cm (tolerância +/-10%), Esp. 4 mm (tolerância +/- 5%) . Capacidade útil: 42 litros (tolerância +/- 10%).Volume externo: 84 litros. Deverá ser fabricado em polipropileno livre de bisfenol A (BPA) e outras substâncias potencialmente tóxicas, como ftalatos. Deverá possuir tampa de encaixe e reforço central, resistência térmica e capacidade de suportar maior peso. A tampa deverá possuir encaixe preciso e vedação adequada, transparente, textura antiderrapante para facilitar o empilhamento seguro. A caixa deverá possuir abas laterais para um manuseio	Unidade	6	R\$61,49	R\$368,94

	mais prático, apresentar durabilidade de no mínimo dois anos e o material deve ser 100%reciclável via processos de reciclagem mecânica, preferencialmente identificado com o símbolo de reciclagem do polipropileno (código "5"). Higienização: Compatível com sanitização.				
62.	Biblioteca Montessori – Biblioteca porta-livros infantil Montessori dimensões aproximadas: Altura 56,5 Largura 52,4 Profundidade 42,5 Peso 13,5 KG. Brinquedoteca.	Unidade	1	R\$280,47	R\$280,47
63.	Tapete Antialérgico e Antiderrapante. Cor: Lilás. Material: 100% poliéster. Medidas aproximadas: 1,50x2,00cm.	Unidade	4	R\$506,41	R\$2.025,64
64.	Almofada para o fraldário - Trocador De Fraldas Anatômico Impermeável Dimensões do produto: 0,90 x 0,60.	Unidade	1	R\$253,41	R\$253,41
65.	Refil filtro de água - Refil filtro de água de Purificador filtro de água - Gelada, Fria e Natural Elétrico Touch Bivolt.	Unidade	12	R\$131,79	R\$1.581,48

2.2. Natureza do Objeto:

2.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

2.3. Forma de Contratação

2.3.1. A contratação será formalizada por meio do instrumento contratual Ata de Registro de Preços.

2.4. Prazo de Contratação e índice de reajustamento:

2.4.1. Prazo de vigência da contratação é 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contado da data da assinatura da ata de registro de preços na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.4.2. Os valores estimados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados em Lei.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Este Termo de Referência tem por finalidade aquisição de material de custeio para estruturação da brinquedoteca do Centro de Atendimento a Pessoas em Situação de Violência - Espaço Acolher Floripa, com foco nos seguintes itens: brinquedos, jogos e
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

acessórios para crianças e adolescentes assistidos. A inclusão de brinquedos, jogos e acessórios no ambiente do Centro de Atendimento a Pessoas em Situação de Violência – Espaço Acolher Floripa é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes assistidos. Esses recursos não apenas proporcionam momentos de lazer e descontração, mas desempenham um papel essencial na recuperação emocional, psicológica e social dos indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade e trauma.

3.2. Brinquedos e jogos estimulam a expressão de sentimentos, promovem a interação social, incentivam a criatividade, o raciocínio e a resolução de conflitos, além de favorecerem a construção de vínculos de confiança com os profissionais de atendimento. Os acessórios, por sua vez, são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e emocional, ampliando o universo de possibilidades para as crianças e adolescentes. A leitura pode funcionar como um instrumento de fortalecimento da autoestima, de aquisição de conhecimentos e, principalmente, de evasão positiva da realidade dolorosa que enfrentam, contribuindo para a construção de narrativas de esperança e superação.

3.3. Assim, a disponibilização desses materiais é imprescindível para garantir um atendimento humanizado, que reconhece a importância do brincar, do aprender e do expressar-se como parte do processo de cura e fortalecimento das pessoas assistidas pelo Espaço Acolher Floripa.

3.4. A presente contratação está prevista no Convênio nº 2024TR002169, celebrado entre a Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família de Santa Catarina (SAS/SC) e a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMS), com valor total de R\$ 260.138,79 - Duzentos e sessenta mil, cento e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) e vigência de 12 (doze) meses, sendo que deste valor R\$ 103.928,72 é repasse financeiro de despesa corrente.

3.5. Deste repasse R\$ 19.425,87 é específico para Aquisição de Material destinado à Estruturação da Brinquedoteca do Centro de Atendimento a Pessoas em Situação de Violência - Espaço Acolher Floripa, contemplando brinquedos, jogos e acessórios para crianças e adolescentes assistidos.

3.6. Ressaltamos que o presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para qualificar a atenção integral às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência, conforme Termo de Compromisso (Portaria CC n.º 004/2022) e Proposta de Trabalho SIGEF nº 30276 apresentada pelo CONVENIENTE (doravante EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

denominada Plano de Trabalho) e aprovada, nos termos do art. 16 do Decreto n.º 127/2011, pelo CONCEDENTE, a qual integra este Termo de Convênio n.º 2024TR002169.

3.7. Conforme estabelece a cláusula sétima, o presente termo de convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, em estrita observância ao plano de trabalho, às cláusulas e finalidades pactuadas, bem como às demais normas aplicáveis. Ressalta-se que o não cumprimento destas condições implicará na obrigatoriedade da devolução integral dos recursos, os quais não poderão ser utilizados para quaisquer outras finalidades sob nenhuma hipótese.

3.8. A execução do projeto ficará a cargo da Gerência de Integração Assistencial da SMS, não havendo contrapartida financeira por parte do município, inclusive quanto aos recursos humanos, que já estão contemplados no orçamento do projeto.

3.9. A proposta foi apresentada pela SMS ao Edital de Seleção Pública n.º 02/2023, promovido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da SAS/SC em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-SC), com fundamento na Resolução CONANDA n.º 137/2010, Resolução CONANDA n.º 113/2006, artigos 226 e 227 da Constituição Federal, Lei Federal n.º 8.069/1990 (ECA), Decreto Estadual n.º 127/2011, e, subsidiariamente, na Lei Federal n.º 14.133/2021, além do Plano Plurianual.

3.10. Como resultado, a SMS foi selecionada para a celebração do termo de convênio, cujo objeto é o desenvolvimento de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência, no âmbito do Estado de Santa Catarina. A aquisição de carro para transporte dos pacientes constitui uma ação inovadora e complementar no fortalecimento da rede de proteção, sendo viabilizada com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA-SC), criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para financiar programas, ações e serviços voltados ao atendimento e à garantia dos direitos infanto-juvenis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação:

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Garantia da Contratação:

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições, prazos e local de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos materiais é de 10 (dez) dias úteis, contados do envio da Nota de Empenho pela Contratante;

5.1.2. Os materiais deverão ser entregues no endereço abaixo:

Centro integrado de armazenamento e distribuição (CIAD) - Empresa BRANET

Localizado na Rua Firenze Business Park, 475

Bairro Pachecos - Palhoça – CEP: 88135-010

Ponto de Referência: em frente à Arena R1

Fones: (48) 3380-7428 e 3380-7429

E-mail: ciadfpolis@branetlogistica.com.br

Horário de funcionamento: Segunda à Quinta-feira: 08h às 12h e 13:30h às 16h

5.1.3. A empresa vencedora responsabiliza-se pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento.

5.1.4. O setor responsável enviará a nota de empenho da aquisição (parcelada) para a empresa contratada, através de e-mail ou outra forma de comunicação válida e acordada entre as partes, e a contratada, por sua vez, fará contato com o CIAD para agendamento de data e hora para a entrega.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização:

a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6.1. Fiscalização Técnica:

b) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI);

c) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, II);

d) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, III);

e) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV);

f) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, V);

g) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.6.2. Fiscalização Administrativa:

a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022);

b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.6.3. Gestor do Contrato:

a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV);

b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, II);

c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, III);

d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido

pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, X);

f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI);

g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento Provisório e Definitivo.

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão,

qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. Os materiais deverão ser entregues contendo em suas unidades de acondicionamento primárias.

7.1.8. O transporte dos materiais deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade.

7.1.9. A empresa vencedora responsabiliza-se pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado no edital, bem como pelo seu descarregamento.

7.1.10. No momento da entrega dos produtos deverão estar exatamente de acordo com a descrição/especificação do produto constante do Edital. Fica sob total responsabilidade da empresa contratada a troca do produto em atendimento à exigência do edital, sem ônus algum para a contratante.

7.1.11. A embalagem secundária do insumo deverá conter Sistema de Lacre que garanta a integridade e inviolabilidade das caixas.

7.1.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. Os pagamentos deverão ser realizados no dia 22 do mês subsequente ao da entrega dos relatórios com as respectivas notas fiscais, de acordo com a Instrução Normativa n.º 1/SMFPO/GAB/2017;

7.2.2. No caso de as datas descritas recaírem em feriado, final de semana ou que não seja possível o expediente público, será efetivada a ação descrita no próximo dia útil.

7.2.3. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de documentos financeiros que deverão ser entregues na Assessoria Financeira da SMS, dentro das condições exigidas pela legislação vigente, no dia 22 de cada mês, e serão pagas no dia

22 do mês subsequente; e os documentos financeiros que forem entregues na Assessoria Financeira da SMS dentro das condições exigidas pela legislação vigente até o dia 25 serão pagas no dia 25 do mês subsequente.

7.3. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.1.2. Forma de fornecimento

8.1.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Habilitação jurídica

a) Cédula de identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando

a atividade assim o exigir.

c) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital, relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III. Qualificação Técnica dos produtos:

b) Apresentar manual ou folder do produto em língua portuguesa do Brasil.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO

O custo estimado total da presente contratação é de R\$18.665,44 (dezoito mil seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Conforme padronização recomendada pela Instrução Normativa Federal nº 65/2021, foi realizada pesquisa de preços em sites de amplo domínio, bem como no Banco de Preços™, disponível no link: <https://www.bancodeprecos.com.br/> (conforme legislação vigente). A partir dos orçamentos coletados, elaborou-se um relatório de composição de custo optando-se pelo uso da média aritmética simples para determinar a estimativa de valor da presente aquisição.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO REDUZIDO	PROJETO/ ATIVIDADE	CÓDIGO DO ELEMENTO DE DESPESA	FR	VALOR DOTAÇÃO EXISTENTE
2961	4.176	3.3.90.30	5632	R\$ 18.665,44
TOTAL				R\$ 18.665,44

11. RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

11.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

11.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em

parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

11.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei n.º 14.133/ 2021);

11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

12. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do CONTRATANTE, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.3. Notificar o CONTRATADO por escrito sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

12.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

12.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

12.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei;

12.8. Cientificar o órgão de representação da Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

CONTRATADO;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2014.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas
- EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

“b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

d) Multa:

I. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

II. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

III. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (Art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021);

13.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021);

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei n.º 14.133/2021);

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021);

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159 da Lei n.º 14.133/2021);

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160 da Lei n.º 14.133/2021);

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n.º 14.133/2021);

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021;

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

14. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1. Compatibilidade com as especificações técnicas e com o valor unitário estimado, conforme demais regras estabelecidas em Edital e cumprir com os prazos estabelecidos para o fornecimento dos materiais.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.pmf.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

15.2. As demais disposições referentes à contratação ficam estabelecidas em Edital.

Florianópolis, 13 de agosto de 2025.

Caroline Schweitzer

Identificação e assinatura da autoridade competente
APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

N.º xxx/xxx/20xx

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/...../20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto 10.024/2019 e Decreto Municipal 24.954/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade de Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES (s) DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. Conforme previsão no DECRETO Nº 25.488, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, a IRP deverá ser divulgada no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços contendo, expressamente, a previsão de adesão de órgãos não participantes e o respectivo limite das quantidades disponíveis.

4. VALIDADE DA ATA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente desta ata de registro de preços terá sua vigência adstrita ao que determina o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.8., aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação

com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.5.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas na legislação, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos e endereços para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamentos, penalidades, publicação e demais condições pertinentes ao objeto, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/SMLCP/SULIC/2025

9.2. No que se refere à retenção do imposto de renda na fonte, o município de Florianópolis aplicará o disposto no Decreto municipal n.23.946/2022 e na Instrução Normativa n. 002/SMF/2022, de 05/05/2023 que regulamentam a matéria em função da Decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1.293.453/RS, Tema 1130, com repercussão geral.

9.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es).